

Impacto económico da pandemia COVID-19

Ana Filipa Fernandes e Mónica Simões¹

Introdução

A pandemia COVID-19 representa um choque sobre a saúde pública mundial com um impacto económico sem precedentes na história recente, refletindo efeitos adversos, tanto do lado da procura como do lado da oferta, generalizados a um conjunto muito alargado de países.

Este choque na economia terá efeitos negativos ao nível da produção, do emprego, da produtividade, do sistema financeiro e da confiança dos agentes económicos, que, contudo, deverão ser mitigados pelas medidas entretanto implementadas, quer a nível nacional, quer a nível internacional. A incerteza sobre a duração, magnitude e dispersão geográfica tornam particularmente difícil a quantificação destes impactos na economia.

Neste ensaio são analisados um conjunto de indicadores de modo a perceber os efeitos deste choque nas principais variáveis caracterizadoras da economia portuguesa, explorando os efeitos na atividade económica, na confiança, no mercado de trabalho, no sistema financeiro e no turismo.

Atividade Económica

Tabela 1. PIB e contributos

	2019	2019				2020
		I	II	III	IV	I
Taxa de crescimento real						
PIB	2,2	2,4	2,1	1,9	2,2	-2,3
Consumo Privado	2,2	2,5	1,9	2,6	1,9	-1,0
Consumo Público	1,1	0,7	0,7	1,2	1,5	0,5
Formação Bruta de Capital Fixo	6,6	10,8	7,4	5,6	2,8	-0,2
Exportações	3,7	3,9	2,6	2,2	6,2	-4,9
Importações	5,3	7,1	4,9	5,7	3,6	-2,1
<i>Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)</i>						
Procura Interna	2,8	3,7	3,0	3,3	1,1	-1,1
Procura Externa Líquida	-0,6	-1,3	-0,9	-1,4	1,1	-1,3

Fonte: INE. Nota: A não aditividade dos contributos deve-se a arredondamentos.

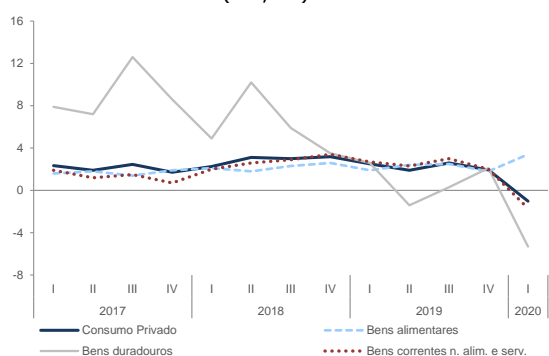
Tal como referido, o impacto na atividade económica resulta de efeitos simultâneos na oferta e na procura, que se encontram interligados potenciando a amplificação dos seus impactos. Do lado da oferta, temos um impacto negativo associado à potencial destruição de capacidade produtiva decorrente de problemas na cadeia de fornecimento, com interrupção de diversas cadeias de valor a nível global, e de restrições à atividade e fecho de empresas, no contexto do estado de emergência e de calamidade pública, ao que acresce um maior absentismo devido a doença ou assistência à família. Do lado da procura, o contexto de incerteza e a redução de rendimento das famílias tenderá a traduzir-se no aumento de poupança por motivos de precaução, e no adiamento de decisões de consumo e investimento, em particular de bens e serviços não essenciais. Segundo o Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas – COVID-19 realizado pelo Banco de Portugal e INE, nos meses de abril e maio, estes fatores mostram-se relevantes na redução do respetivo volume de negócios observada no período.

¹ GPEARI-MF. As opiniões expressas no ensaio são de responsabilidade das autoras e podem não coincidir com as da instituição. Todos os erros e omissões são de responsabilidade das autoras.

A informação disponível aponta para uma contração da economia já no primeiro trimestre do ano, refletindo especialmente os choques sentidos na segunda metade do mês de março, registando-se uma redução do PIB em 2,3%, em termos homólogos, após 25 trimestres consecutivos de crescimento. Esta evolução é explicada por uma redução tanto do contributo da procura interna (-1,1 p.p.), como da procura externa líquida (-1,3 p.p.).

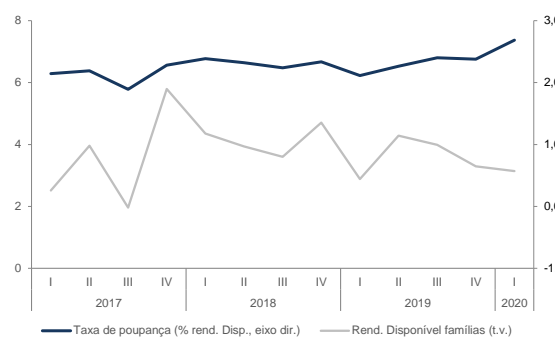
Ao nível da procura interna, observou-se uma redução de 1% no consumo privado no primeiro trimestre, explicado maioritariamente por uma redução de 5,3% na componente dos bens duradouros, e de 1,7% na componente de bens correntes não alimentares e serviços, uma vez que a componente de bens alimentares cresceu 3,4%. Neste período, observou-se ainda um aumento do rendimento disponível das famílias (0,6%, em termos nominais), que não reflete ainda de forma significativa o impacto da pandemia, e um aumento da taxa de poupança (em 0,6 p.p. para 7,4%).²

Gráfico 1. Consumo Privado, em volume (VH, %)



Fonte: INE

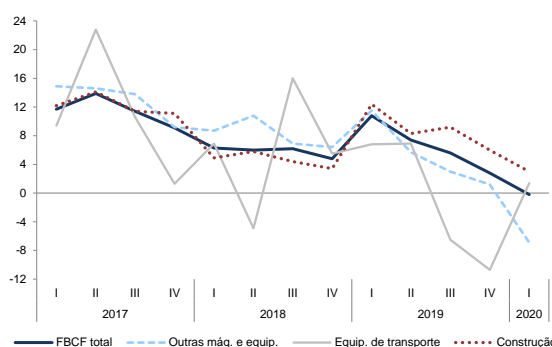
Gráfico 2. Rendimento disponível e Taxa de poupança, em termos nominais



Fonte: INE

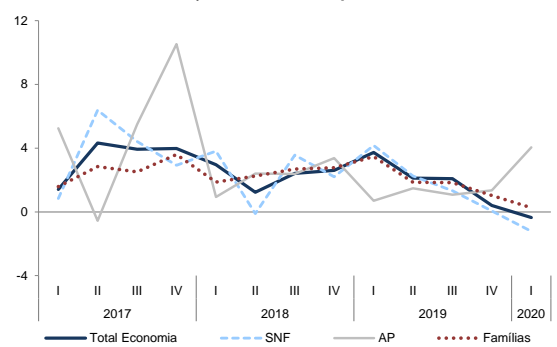
Por seu lado, o investimento (FBCF) diminuiu 0,2%, essencialmente por via de uma contração de 6,9% no investimento em outras máquinas e equipamentos e sistemas de armamento, observando-se ainda uma desaceleração de 3 p.p. no investimento em construção (para 3%). Em termos nominais, observa-se que a formação bruta de capital (FBC) reduziu-se 0,4% no ano terminado no primeiro trimestre, essencialmente em virtude de um decréscimo da FBC das sociedades não financeiras (SNF).

Gráfico 3. Formação Bruta Capital Fixo (FBCF), em volume (VH, %)



Fonte: INE

Gráfico 4. Formação Bruta Capital (FBC), em valor, ano terminado no trimestre (VH MM4T, %)



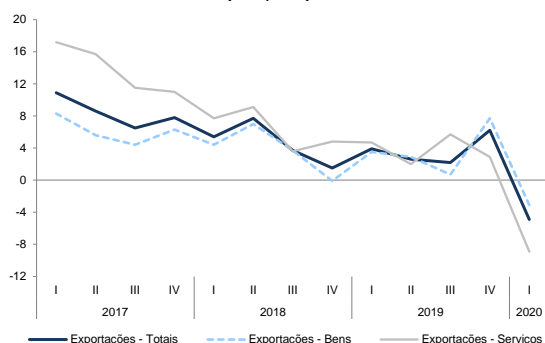
Fonte: INE

Ao nível da procura externa observou-se uma redução de 4,9% no volume de exportações e de 2,1% no volume de importações de bens e serviços. Neste período observou-se ainda uma

² As conclusões mantêm-se quando se analisa valores efetivos em substituição dos valores para o ano terminado no primeiro trimestre.

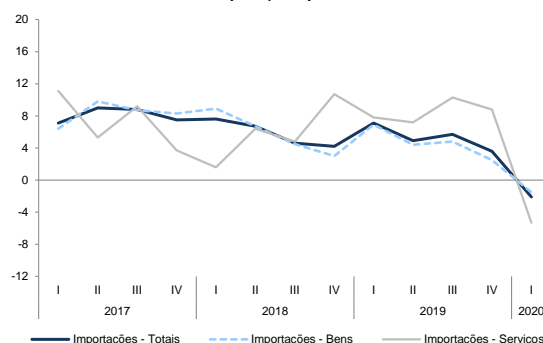
redução mais intensa nas exportações e importações de serviços (-8,9% e -5,3%, respetivamente), quando comparada com a diminuição observada nas exportações e importações de bens (-3,1% e -1,5%, respetivamente).

Gráfico 5. Exportações de Bens e Serviços, em volume
(VH, %)



Fonte: INE

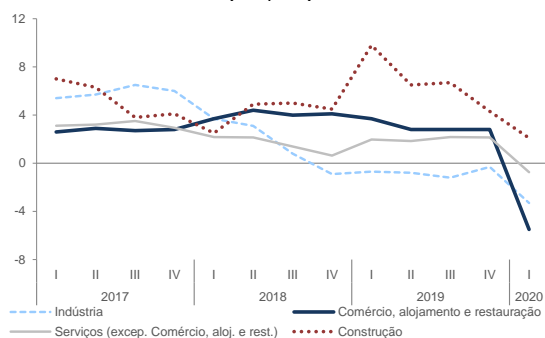
Gráfico 6. Importações de Bens e Serviços, em volume
(VH, %)



Fonte: INE

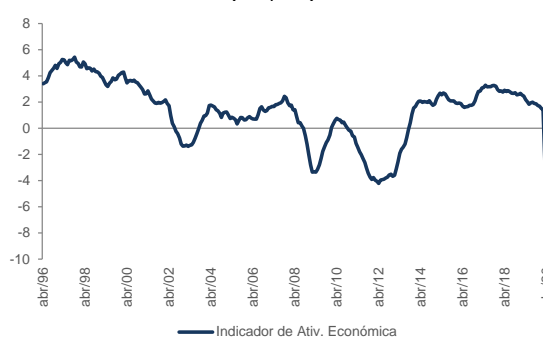
No primeiro trimestre, observou-se também, em termos homólogos, uma redução no VAB da maioria dos sectores de atividade, mostrando-se mais intensa nos sectores do comércio, alojamento e restauração, sectores particularmente expostos ao arrefecimento da atividade turística, mas também no setor da Indústria.

Gráfico 7. VAB por sector de atividade, em volume
(VH, %)



Fonte: INE

Gráfico 8. Indicador de Atividade Económica
(VH, %)



Fonte: INE.

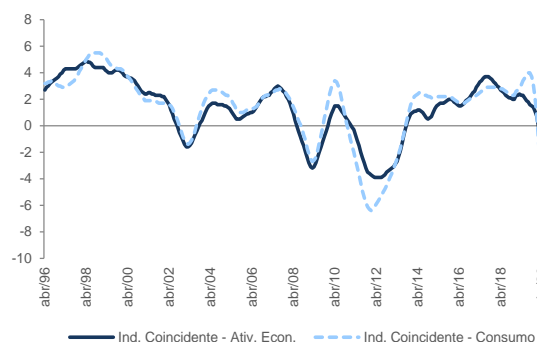
Na sequência da evolução da pandemia e das medidas de contenção da propagação do COVID-19 aplicadas, tais como as associadas ao estado de emergência e de calamidade que vigoraram nos meses de abril, maio e junho, espera-se um impacto da pandemia na atividade económica mais intenso no segundo trimestre do ano quando comparado ao primeiro trimestre. Apesar de não ser possível aferir a extensão total dos efeitos do choque na economia dada a ainda escassez de informação, alguns dos indicadores que já se encontram disponíveis para os meses de abril e maio apontam para uma forte queda na atividade económica nestes meses.

Nomeadamente, em abril, o indicador de atividade económica, publicado pelo INE, sugere um agravamento da contração da atividade económica face ao mês de março, registando uma redução de 8,2%, em termos homólogos, atingindo o menor valor da série. Por seu lado, o indicador coincidente do Banco de Portugal sugere a manutenção de um declínio na atividade económica no mês de maio, diminuindo 4% em termos homólogos, após registar uma redução de 2,5% em abril.

Em abril, a redução na atividade económica foi comum aos diferentes setores, conforme sugerem os indicadores de volume de negócios (IVN) e de produção (IP), tendo sido mais intensa na indústria transformadora e nos setores dos serviços, em especial nas atividades relacionadas com o turismo e restauração. A intensidade do impacto no setor do turismo reflete-se na redução quase total (97,4%) do número de hóspedes em alojamento turísticos em abril, face

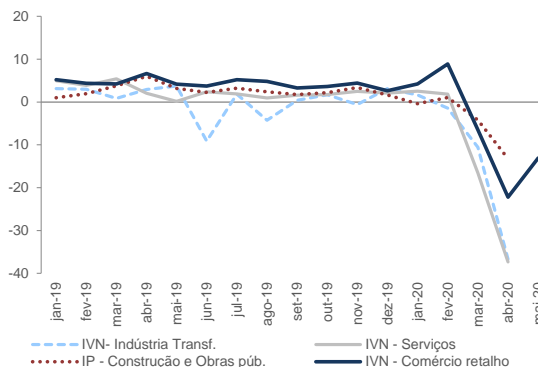
a uma diminuição de 62,6% no mês de março, contrastando com a tendência crescente observada até fevereiro.

Gráfico 9. Indicadores Coincidentes de Atividade Econômica e de Consumo
(VH, %)



Fonte: BdP

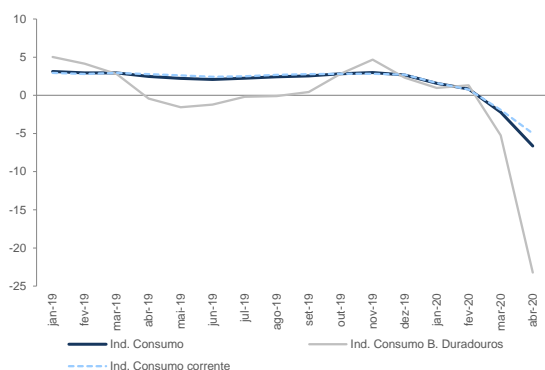
Gráfico 10. Índice Volume de Negócios e Índice de Produção
(VH, %)



Fonte: INE.

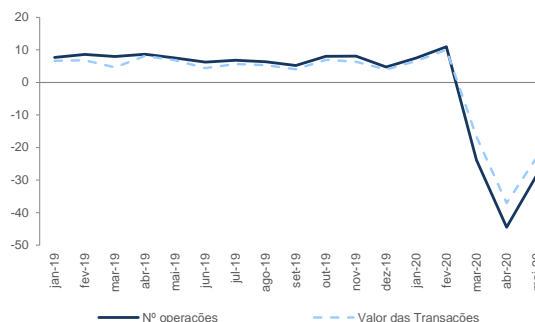
No consumo, os indicadores quantitativos disponíveis apontam para uma contração do mesmo nos meses de abril e maio. No trimestre terminado em abril, o indicador quantitativo do consumo registou, em termos homólogos, uma redução de 6,6%, sendo mais intensa que a registada no primeiro trimestre (-2,2%). Esta evolução reflete a queda de 23,2% na componente de bens de consumo duradouros (menos 18 p.p. face ao primeiro trimestre), superior à redução observada para o consumo corrente (-5%). Por seu lado, o índice de volume de negócios no comércio a retalho apresenta uma forte contração no mês de abril de 22,2% (menos 15,7 p.p. face a março), seguida de uma redução de 13,1% em maio.

Gráfico 11. Indicador Quantitativo de Consumo
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

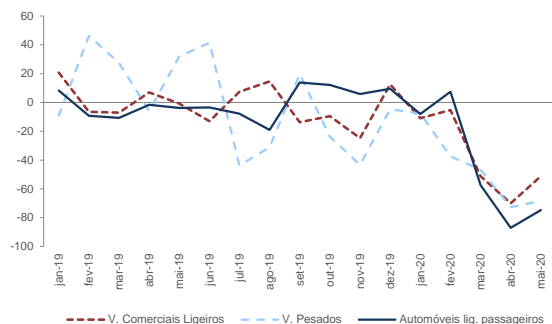
Gráfico 12. Operações na rede multi-banco
(VH, %)



Fonte: SIBS.

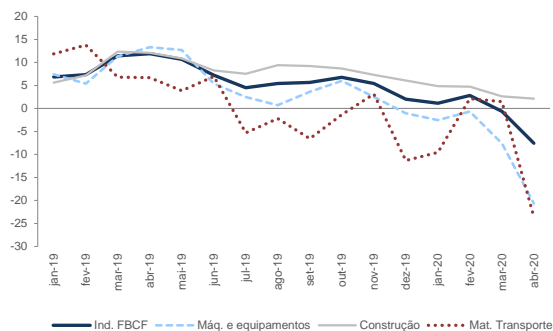
Concomitantemente, os dados da SIBS revelam uma queda de 23% no valor das operações realizadas com cartão de débito, em termos homólogos, que compara com uma variação de -37,1% em abril. No que diz respeito a bens duradouros, os dados da ACAP mostram uma queda nas vendas de automóveis ligeiros de passageiros de 74,8%, menor que a observada no mês de abril (-87%). Os indicadores disponíveis sugerem assim uma contração do consumo menos intensa em maio que a sentida no mês anterior.

Gráfico 13. Venda de Veículos
(VH, %)



Fonte: ACAP.

Gráfico 14. Indicador FBCF
(VH, MM3; %)

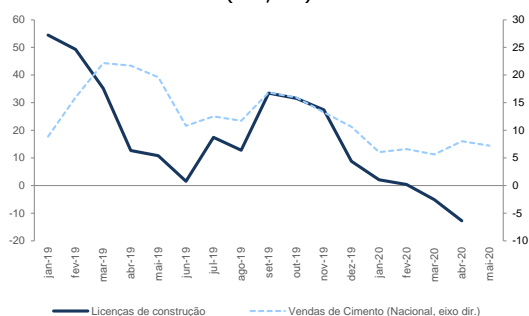


Fonte: INE.

Relativamente ao investimento, é expectável uma redução mais severa deste nos meses de abril e maio, quando comparado com o primeiro trimestre.

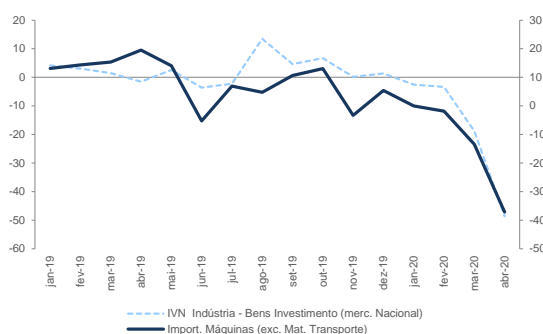
No trimestre terminado em abril registou-se uma diminuição de 7,6% no indicador de formação bruta de capital fixo (FBCF) publicado pelo INE (-0,6% no trimestre anterior), refletindo uma redução em 20,7% na componente de máquinas e equipamentos (-7,6% no primeiro trimestre), uma diminuição de 23,6% na componente de material de transporte (1,5% no primeiro trimestre), assim como uma desaceleração para 2,1% na componente de construção (2,6% no trimestre anterior).

Gráfico 15. Vendas Cimento e Licenças de construção
(VH, %)



Fonte: Secil, Cimpor, INE.

Gráfico 16. Bens de equipamento
(VH, %)

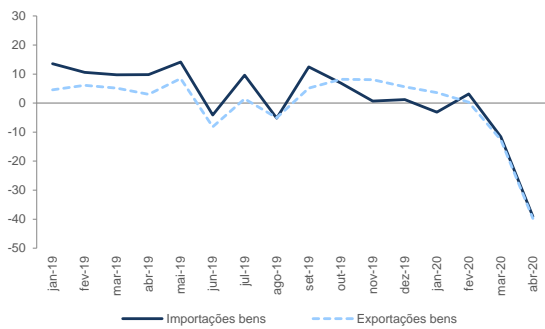


Fonte: INE.

No mês de maio, os indicadores disponíveis sugerem – contudo – uma redução menos intensa do investimento face ao mês de abril. Os dados da ACAP mostram uma redução de 51,3% na venda de veículos comerciais ligeiros (-69,9% em abril) e de 68,5% na venda de veículos pesados (-72,7% em abril). Adicionalmente, as licenças de construção diminuíram 12,7% no trimestre terminado em abril (-5,1% no primeiro trimestre) e as vendas de cimento cresceram 8% no mesmo período (5,6% no primeiro trimestre), desacelerando para 7,2% no trimestre terminado em maio.

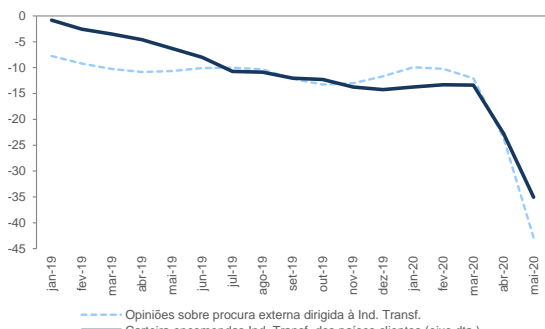
No que diz respeito ao comércio internacional, também é expectável uma redução mais acentuada nos meses de abril e maio face ao registado nos meses anteriores. Os dados para o comércio de bens, em termos nominais, mostram uma forte queda nas exportações (-39,8% em termos homólogos) e nas importações de bens (-39,1%) no mês de abril, mais intensa que a contração registada em março (-12,7% e -11,6%, respetivamente). Esta redução foi abrangente em termos de produtos, sendo a categoria de produtos alimentares e bebidas a única que registou uma variação positiva nas exportações. No trimestre terminado em maio, registou-se uma deterioração nas opiniões sobre a carteira de encomendas da indústria transformadora dos países clientes, assim como nas opiniões sobre a procura externa dirigida à indústria transformadora.

Gráfico 17. Exportações e Importações nominais de bens (VH, %)



Fonte: INE.

Gráfico 18. Opiniões sobre procura externa (MM3)

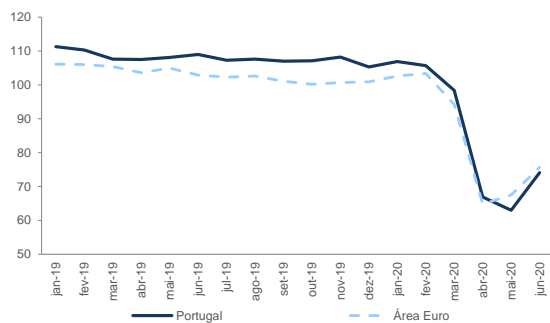


Fonte: INE.

Confiança

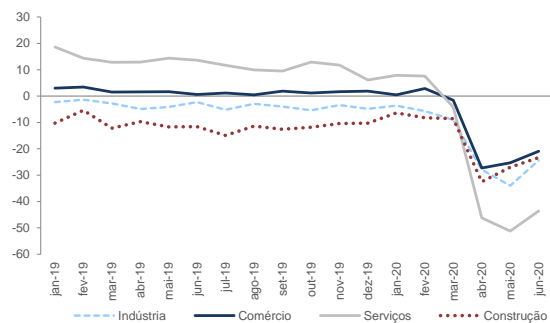
O impacto da pandemia fez-se sentir fortemente nos níveis de confiança dos agentes económicos, influenciado pela incerteza sentida, o que pode resultar num deferimento ou cancelamento de decisões de investimento e consumo de bens e serviços. O indicador de sentimento económico publicado pela Comissão Europeia, um indicador compósito de confiança, apresentou uma diminuição de 42,7 pontos até maio, sendo particularmente significativa no mês de abril (-31,5 pontos), tendo recuperado ligeiramente (11,1 pontos) no mês de junho. Esta evolução reflete uma redução dos indicadores de confiança de todos os setores de atividade e dos consumidores, sendo mais intensa no setor dos serviços. Nos meses de maio e junho, observou-se o fim de algumas medidas de contenção da pandemia. Estes desenvolvimentos, permitiram uma melhoria na confiança dos consumidores a partir de maio, assim como no nível de confiança no comércio a retalho e construção, seguindo-se um aumento do nível de confiança no setor dos serviços e Indústria no mês de junho. No entanto, apesar das melhorias observadas o nível de confiança permanece historicamente baixo.

Gráfico 19. Indicador de Sentimento Económico



Fonte: Comissão Europeia.

Gráfico 20. Indicadores de Confiança setoriais



Fonte: Comissão Europeia.

Empresas

A pandemia tem afetado de forma significativa a atividade das empresas em Portugal. De acordo com o primeiro Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas – COVID-19, na semana de 6 a 10 de abril, 73,1% das empresas registaram uma diminuição do respetivo volume de negócios, enquanto 57% registaram uma redução do número de pessoas ao serviço efetivamente a trabalhar. Apesar disso, 82,1% das empresas mantinham, mesmo que parcialmente, a produção ou o funcionamento, enquanto 16,4% encerraram temporariamente e 1,5% encerrou definitivamente.

Contudo, a análise ao longo do tempo permite perceber uma melhoria, mais acentuada na primeira quinzena de junho, da situação das empresas. De acordo com o último inquérito realizado, na primeira quinzena de junho, a percentagem de empresas que se mantinha em

atividade subiu para 95,2%, enquanto aquelas que registaram uma redução do volume de negócios diminuiu para 68,4%.

Tabela 2. Respostas ao Inquérito Rápido e Excecional às Empresas – COVID-19
(percentagem)

Período	Atividade da empresa			Volume de negócios			Número de pessoas ao serviço efetivamente a trabalhar		
	Mantém-se, mesmo que parcialmente, em produção ou funcionamento	Encerrou temporariamente	Encerrou definitivamente	Redução	Aumento	Não tem impacto	Redução	Aumento	Não tem impacto
06.04-10.04	82,1	16,4	1,5	73,1	4,2	13,3	57,0	0,4	35,7
13.04-17.04	82,2	16,5	1,3	72,7	3,6	14,0	56,5	0,5	37,3
20.04-24.04	83,2	15,7	1,1	72,4	3,3	15,0	55,5	0,7	38,1
27.04-01.05	84,3	14,7	1,0	72,1	3,0	16,0	54,1	0,6	39,6
1ª quinzena maio	89,6	9,7	0,7	70,1	4,0	17,3	46,6	2,7	44,2
2ª quinzena maio	89,6	9,7	0,7	76,7	4,3	18,9	45,2	4,0	50,8
1ª quinzena junho	95,2	4,3	0,5	68,4	6,7	24,9	38,8	5,1	56,2

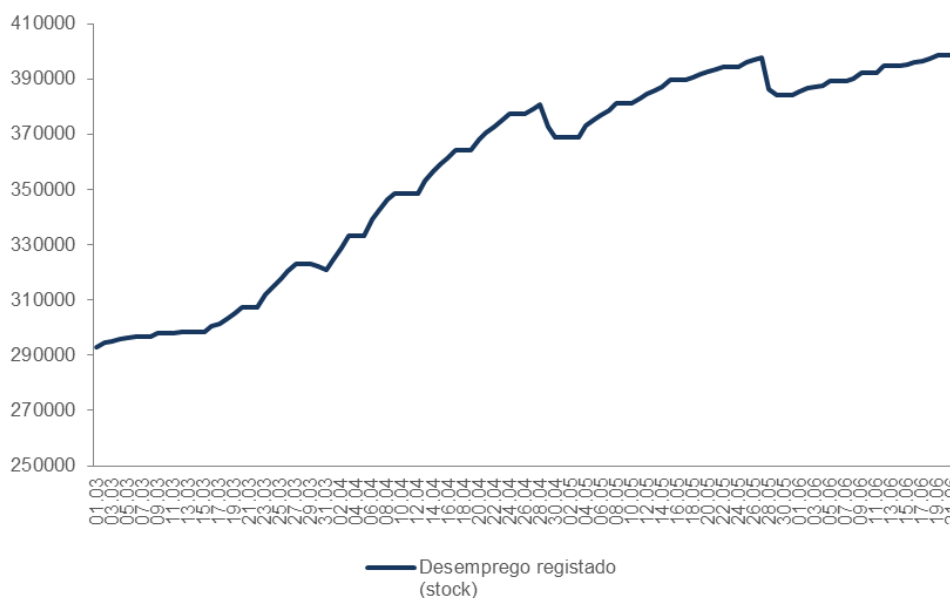
Fonte: INE/Banco de Portugal

De acordo com os dados destes inquéritos, foram as grandes empresas que sistematicamente mais reportaram uma redução do volume de negócios assim como a redução do número de pessoas efetivamente a trabalhar. Para além disso, ao analisar de forma mais pormenorizada a distribuição setorial das respostas, é possível concluir que o alojamento e restauração foi o sector onde uma maior fatia das empresas reportou uma redução do volume de negócios e do pessoal efetivamente a trabalhar.

Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho sofreu igualmente um impacto negativo em resultado da pandemia. De acordo com os dados do IEFP, o número de desempregados registou um aumento mensal de 10% em março, 15% em abril e 4% em maio. A 22 de junho, o número de pessoas desempregadas era 399 241, o que representa um aumento de cerca de 100 mil pessoas quando comparado com o final do mês de fevereiro (antes da pandemia).

Gráfico 21. Desemprego registado
(stock)



Fonte: MTSSS

De acordo com os dados do MTSSS, até dia 23 de junho, havia 113 853 empresas, representando cerca de 1,35 milhões de trabalhadores, que tinham aplicado o regime de *lay-off* simplificado. Entre as empresas que utilizaram este mecanismo, 22% são do sector do alojamento, restauração e similares e também do comércio por grosso e a retalho e 10% da indústria transformadora. Destas empresas, 24% eram da região de Lisboa e 19% da região do Porto, enquanto 81% são empresas com menos de 10 trabalhadores.

Mercado Financeiro

Também o mercado financeiro refletiu alterações em consequência da pandemia, com o indicador compósito de *stress* financeiro para Portugal a registar um aumento para níveis que indicam perturbações nos mercados financeiros, tendo em março atingido valores similares aos registados em 2012. Em abril, o indicador registou ainda uma ligeira subida, tendo depois diminuído já no mês de maio.

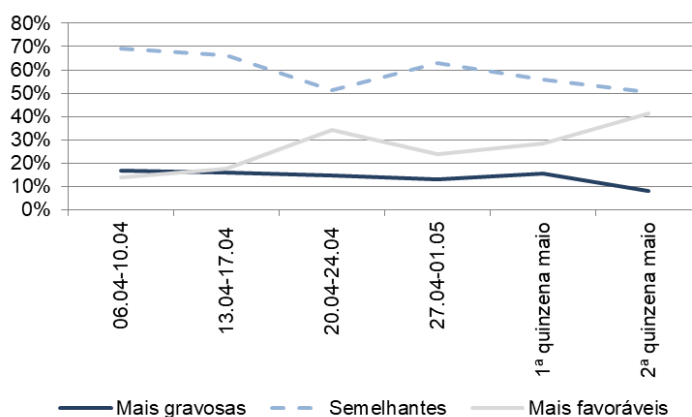
Num contexto de perspetivas negativas sobre a atividade económica, de elevada incerteza sobre a duração e magnitude da crise, bem como de potenciais dificuldades de liquidez por parte de empresas e famílias, poder-se-á assistir a comportamentos que refletem uma maior aversão ao risco com impacto negativo no preço de determinados ativos. Estes comportamentos poderão amplificar os efeitos da crise, num contexto em que o nível de endividamento dos agentes económicos e o montante de ativos em incumprimento no balanço do sistema bancário são ainda elevados.

Quando olhamos para os dados referentes a empréstimos, verificamos que, em termos homólogos, os empréstimos concedidos a empresas não financeiras aumentaram 1,7%, em março, 2,5% em abril e 0,6% em maio, enquanto os dirigidos a particulares aumentaram 1,8% em março, 1,6% em abril e 1,3% em maio, com os empréstimos ao consumo a registarem um aumento consideravelmente mais elevado que os de habitação.

Consequentemente, em março o endividamento das sociedades não financeiras (SNF) aumentou 0,7%, tendo crescido 1,3% no mês de abril. Por outro lado, da parte dos particulares, nestes dois meses, registou-se uma redução de 0,1% do endividamento. De facto, o rácio de endividamento em percentagem do PIB das SNF agravou-se 0,8 p.p. de dezembro de 2019 para março de 2020, enquanto os dos particulares 0,1 p.p.

Adicionalmente, o rácio de incumprimento das SNFs não se alterou de março para abril, tendo inclusivamente descido um ponto percentual em maio (4,4% e 4,3%, pela mesma ordem). No que diz respeito aos particulares, registou-se um aumento de 1 p.p. em maio, situando-se em 2,1%, o mesmo valor registado desde dezembro de 2019 (com exceção de abril em que foi de 2%).

Gráfico 22. Respostas ao Inquérito Rápido e Excecional às Empresas – COVID-19, condições de crédito



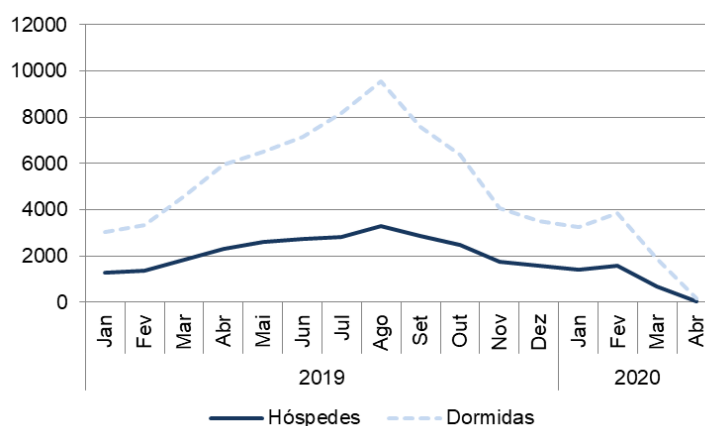
Fonte: INE/Banco de Portugal

De acordo com o Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas – COVID-19, a maior parte das empresas reportaram que as condições de crédito das instituições financeiras não se alteraram. Contudo, é visível uma tendência de melhoria das condições de crédito com o passar do tempo, sinalizando um potencial efeito das medidas de apoio às empresas postas em prática durante este período.

Turismo

Tal como esperado, a pandemia teve um impacto considerável na componente de viagens e turismo. De acordo com os dados mais recentes do Banco de Portugal, em março, o saldo desta rubrica foi de 457 milhões de euros, menos 198 milhões quando comparado com o mês anterior, enquanto em abril este valor diminuiu para 76 milhões de euros. Quer as exportações, quer as importações de serviços de turismo diminuíram, no entanto, a redução das exportações foi mais acentuada.

Gráfico 23. Hóspedes e dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico
(milhares)



Fonte: INE

De acordo com os dados do INE, em abril de 2020 o sector do alojamento turístico deverá ter registado variações de -97,4% e -97% no número de hóspedes e de dormidas, respetivamente, acentuando a dinâmica negativa registada em março (-62,6% e -58,7%, pela mesma ordem). O impacto fez-se sentir quer nas dormidas de residentes (-93% em abril e -58,1% em março), como nas de não residentes (-98,6% em abril e -58,9% em março). Adicionalmente, de acordo com a estimativa rápida, nesse mês, cerca de 80,6% dos estabelecimentos de alojamento turístico terão estado encerrados ou não registaram movimento de hóspedes.

Para além disso, as perspetivas para a atividade turística nos próximos meses são também elas negativas, com 78,4% dos estabelecimentos de alojamento turístico respondentes ao inquérito do INE a assinalarem que a pandemia COVID-19 motivou o cancelamento de reservas agendadas para os meses de março a agosto de 2020 (74,4% para junho, 63,6% para julho e 57,5% para agosto).

Ao longo deste ensaio, pudemos descortinar de forma abrangente os principais efeitos que a pandemia COVID-19 teve na economia portuguesa.

Na atividade económica, é visível o seu efeito logo a partir do mês de março, comprometendo assim a trajetória de crescimento que o PIB havia registado nos últimos tempos logo no primeiro trimestre. Os números mais recentes para abril e maio aprofundam esta dinâmica, fazendo antever uma contração significativa da atividade económica para este ano.

O clima de incerteza veio influenciar negativamente a confiança dos agentes económicos, com o indicador de sentimento económico a apresentar diminuições consideráveis nos meses de abril e maio, mas já com uma ligeira recuperação em junho.

Por seu turno, a atividade das empresas foi fortemente afetada, com diminuição generalizado do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço efetivamente a trabalhar. Apesar disso, a maior parte das empresas mantiveram a sua atividade e os resultados do inquérito mais recente apontam para uma recuperação da atividade. Esta crise fez ainda disparar o número de desempregados inscritos nos centros de emprego, assim como originou o recurso generalizado ao regime de *lay-off*. O turismo foi, como seria de esperar, um dos setores mais afetados pela pandemia, com a atividade quase a cessar nestes meses e perspectivas para os próximos meses igualmente negativas.

Por fim, também ao nível do mercado financeiro se têm vindo a notar os efeitos desta crise, com o indicador composto de stress financeiro a atingir valores similares aos registados em 2012.